DOI: 10.17058/753x5f33

Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU): contribuições a partir do estudo na Região Metropolitana de Belém (RMB)

Cinthia de Oliveira Rodrigues
Universidade da Amazônia – Belém – PA – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9555-3852

Maria Lúcia Bahia Lopes
Universidade da Amazônia – Belém – PA – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3718-0434

Marcos Antônio Souza dos Santos
Universidade Federal Rural da Amazônia – Belém – PA – Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1028-1515

Resumo
Diante da necessidade de propor políticas públicas adequadas para mulheres no ambiente da produção agrícola, o objetivo deste artigo consiste em avaliar o nível de empoderamento de mulheres que desenvolvem a Agricultura Urbana (AU) na Região Metropolitana de Belém (RMB) a partir da criação do Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU). O método adotado foi o quanti-qualitativo, por meio de entrevistas semiestruturadas e observações realizadas com sessenta agricultoras em seus sistemas de produções. Para criação do IEFAU utilizou-se da combinação linear dos escores fatoriais e a proporção de variância explicada em cada fator, em seguida foi realizada a padronização dos escores fatoriais (FP), visando à obtenção de valores positivos e permitir a classificação das agricultoras quanto ao seu nível de empoderamento. Os dados da pesquisa quanto ao empoderamento de mulheres na AU, apresentou-se em sua maioria em IEFAU-Alto no formato individual e por categorias, resultado justificado pela promoção de redes de relacionamentos e sólidas regras de reciprocidade e confiança construídas no ambiente da produção organizada, contudo, reitera que, apesar da AU contribuir para seu empoderamento, ainda precisa da ação do Estado para a promoção de maior incentivos de políticas públicas que atendam as respectivas demandas, especialmente para grupos de mulheres agricultoras em suas especificidades.
Palavras–chave: Agricultura urbana. Empoderamento. Região Metropolitana de Belém.

Female Empowerment Index in Urban Agriculture (IEFAU): contributions from the study in the Metropolitan Region of Belém (RMB)

CC BY

Abstract
Given the need to propose appropriate public policies for women in the agricultural production environment, the objective of this article is to evaluate the level of empowerment of women who develop UA in the RMB from the creation of the Female Empowerment Index in Urban Agriculture (IEFAU). The method adopted was quantitative and qualitative, through semi-structured interviews and observations carried out with sixty women farmers in their production systems. To create the IEFAU, the linear combination of the factor scores and the proportion of variance explained in each factor was used, followed by the standardisation of the factor scores (FP), in order to obtain positive values and allow the classification of women farmers according to their level of empowerment. The research data on the empowerment of women in the UA was mostly presented in IEFAU-High in the individual format and by categories, a result justified by the promotion of networks of relationships and solid rules of reciprocity and trust built in the environment of organised production, however, it reiterates that, despite the UA contributing to their empowerment, it still needs the action of the State to promote greater incentives for public policies that meet the respective demands, especially for groups of women farmers in their specificities.
Keywords: Urban agriculture. Empowerment. Metropolitan Region of Belém**.**

Índice de Empoderamiento Femenino en la Agricultura Urbana (IEFAU): aportaciones del estudio en la Región Metropolitana de Belém (RMB)

Resumen
Dada la necesidad de proponer políticas públicas adecuadas para las mujeres en el entorno de la producción agrícola, el objetivo de este artículo es evaluar el nivel de empoderamiento de las mujeres que desarrollan AU en la RMB a partir de la creación del Índice de Empoderamiento Femenino en la Agricultura Urbana (IEFAU). El método adoptado fue cuantitativo y cualitativo, a través de entrevistas semiestructuradas y observaciones realizadas a sesenta agricultoras en sus sistemas de producción. Para crear el IEFAU, se utilizó la combinación lineal de las puntuaciones factoriales y la proporción de varianza explicada en cada factor, seguida de la normalización de las puntuaciones factoriales (PF), con el fin de obtener valores positivos y permitir la clasificación de las agricultoras según su nivel de empoderamiento. Los datos de la investigación sobre el empoderamiento de las mujeres en la AU se presentaron mayoritariamente en IEFAU-Alta en el formato individual y por categorías, resultado justificado por la promoción de redes de relaciones y reglas sólidas de reciprocidad y confianza construidas en el ambiente de la producción organizada, sin embargo, se reitera que, a pesar de que la AU contribuye a su empoderamiento, aún necesita de la acción del Estado para promover mayores incentivos a las políticas públicas que atiendan las respectivas demandas, especialmente de los grupos de mujeres agricultoras en sus especificidades.
Palabras clave: Agricultura urbana. Empoderamiento. Región Metropolitana de Belém.

1 Introdução

Nos países em desenvolvimento as mulheres compreendem mais de 40% da força de trabalho agrícola, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2021). No entanto, torna-se necessário a equalização na relação de poder entre mulheres e homens e o alinhamento das normas de gênero para que essas agricultoras possam ocupar os espaços de decisões apropriadas.

No Brasil, as mulheres compreendem cerca de 1,7 milhões comandando a produção agropecuária (ONU, 2021). Essas conquistas configuram-se como avanço, considerando-se que, no passado, a presença de mulheres não era tão observada quanto hoje, período em que a mulher agricultora vem ganhando uma nova conotação, inclusive nos espaços urbanos de pequenas, medias e grandes cidades.

No que diz respeito a Agricultura Urbana (AU) e as mulheres agricultoras no Brasil, vale ressaltar que, essa relação não se restringe somente à produção de alimentos no espaço da cidade, mas relações econômicas e sociais em que o fundamento dessas práxis, consiste em oportunidade de materialização da vida de suas famílias concebida como uma das chaves para se fazer valer o direito à cidade e seu consequente empoderamento (DELGADO, 2017; CARLOS, 2020).

Neste sentido, a AU pode funcionar então como uma estratégia posta à disposição do planejamento urbano no sentido de capacitar melhor os citadinos para encontrarem soluções passíveis de resolver a pobreza, de melhorar seu rendimento e de criar produção que cubra as necessidades alimentares diárias.

No contexto das regiões metropolitanas brasileiras, a AU colabora com a segurança alimentar, saúde e bem-estar, combate à pobreza e inclusão das mulheres, contudo, observou-se a evidência de um longo caminho a percorrer quanto a inserção da atividade no planejamento urbano e ambiental das cidades (MATA, 2014; FERRARETO, 2015).

Ainda que muitas cidades venham perdendo características consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente e são, também, marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia; como é o caso das áreas urbanas dos municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB).

Dentre as atividades econômicas desenvolvidas por mulheres na RMB, como a área do comercio e serviços, a agricultura compreende a mais antiga e importante atividade laboral e congrega grande número de famílias lideradas por elas. Tendo em vista a AU, esta apresenta-se como espaço de resistência feminina e luta pelo direito ao alimento.

Neste aspecto, a AU desenvolvida em quintais produtivos na RMB, em espaços comunitários e privados, de forma organizada, promovida por populações em situações de vulnerabilidade social, como é o caso de mulheres, configura-se como uma economia popular que faz parte da realidade em análise, no entanto, ainda enfrenta desafios no que tange a ausência de incentivos públicos adequados para o desenvolvimento da atividade, assim como, em razão de seu gênero, continuam com barreiras de equidade, sofrendo violência, com dificuldade de acessar recursos econômicos, educativos e espaços de decisão.

Assim, empoderar as mulheres para que participem integralmente de todos os setores da economia, e em todos os níveis de atividade econômica, é essencial para construir economias fortes e estabelecer sociedades estáveis e justas, é o que vem acontecendo na realidade de mulheres agricultoras na RMB.

Neste sentido, a análise do trabalho de mulheres, especificamente nos espaços de decisões agrícolas, agrega elementos para discussão e elaboração de políticas públicas que contribuam para o rompimento da reprodução dos papéis sociais atribuídos ao gênero, ainda mais quando se considera o contexto regional. No caso das agricultoras urbanas da RMB, foco do estudo, a prática da agricultura está intrinsecamente relacionada à cultura local, quando se constata que a atividade é

desenvolvida, em maior número, por mulheres nascidas e criadas no local da referida pesquisa. A cultura não inclui apenas os objetos materiais no seu interior, ou valores com que os seus participantes os representam na consciência, mas na significação das ações que torna possível e dinâmico tal modo de vida (BRANDÃO, 1986).

Neste cenário, destacam-se as associações agrícolas. Fundadas em 1988, surgiram com o propósito de participar do mercado institucional, mediante o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e, posteriormente, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio das prefeituras municipais, além de formar parcerias com empresas privadas no ramo de cosméticos.

O êxito das associações compreende a participação em cursos e treinamentos baseados na dinamização do capital social e no empoderamento das participantes. É importante enfatizar que o empoderamento consiste em um processo multidimensional que atinge diversos aspectos da vida, como o familiar, a posição social, o poder econômico, a saúde física e emocional (Alkire et al., 2013a). Considerando que, no desenvolvimento das associações é notório um envolvimento significativo das mulheres, o empoderamento torna-se uma ferramenta fundamental que oportuniza a elas o papel de agente efetivo no desenvolvimento socioeconômico local.

Mesmo diante da importância do empoderamento de mulheres na agricultura e da evolução das discussões, a este respeito no Brasil, ainda são poucas as produções científicas voltadas em analisar a participação de mulheres na tomada de decisões em âmbitos da produção, geração de renda, acesso a recursos, participação em grupos sociais e na alocação do tempo. Ao compreender o papel cada vez maior da mulher no cenário econômico da agricultura regional e a importância de se pesquisar sobre este tema, a presente pesquisa objetiva avaliar o nível de empoderamento de mulheres que desenvolvem a agricultura urbana na RMB, a partir da criação do Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU).

Nessas condições, a pesquisa também corrobora com o 5° Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) "Igualdade de Gênero" proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2019). Para ONU, exterminar com todas as formas de discriminação de mulheres e meninas não é somente um direito humano básico, mas algo crucial para acelerarmos o desenvolvimento sustentável. Está provado que a promoção da emancipação de mulheres e meninas tem um efeito multiplicador e colabora com o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Além dessa introdução, na segunda seção é apresentada uma breve fundamentação teórica que comtempla os conceitos centrais que emergem quando se discute o tema da agricultura urbana e o empoderamento de mulheres; na terceira seção é descrita a área de estudos e metodologia adotada; na quarta seção são analisados os resultados e discussão; na quinta seção apresenta-se as considerações finais da pesquisa.

2 Fundamentação teórica

2.1 Agricultura Urbana: breve conceito e contribuições

A agricultura urbana é praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde se cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não

alimentícios. (Re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e no entorno da área urbana e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais; produtos e serviços para uma mesma área urbana (MOUGEOT, 2000).

A AU oferece inúmeros benefícios às cidades e aos seus habitantes. O apoio político a essa atividade vem crescendo, ainda que sejam necessários mais recursos e pesquisas para aprimorar a contribuição da agricultura urbana ao desenvolvimento sustentável das cidades. Os aspectos econômicos e sociais da AU, portanto, constituem uma ampla área de estudos. Moustier (2001) propõe os seguintes indicadores para revelar e mensurar os impactos econômicos da agricultura urbana: a) emprego (população envolvida); b) geração e distribuição de renda; c) disponibilidade financeira; d) contribuição para a alimentação das famílias; e) valor agregado; f) contribuição para a oferta de alimentos nas cidades; e, g) participação no mercado.

Os benefícios econômicos e sociais da AU podem ser analisados em termos dos papéis que ela desempenha em escalas distintas, que vai desde o (a) nível domiciliar, envolvendo a geração de emprego e/ou renda alternativa e economia nas despesas com alimentação e saúde; passando pelo (b) nível municipal, devido à melhoria no estado nutricional e na saúde da população, reciclagem de resíduos, redução da poluição e melhoria na paisagem entre outros efeitos, o que acaba por valorizar a cidade como um todo; e, em última instância, com alcance, também, em (c) nível nacional, à medida que a AU contribui para a maior eficiência do sistema alimentar nacional, oferecendo produtos perecíveis, que dificilmente estariam acessíveis de outra maneira, a algumas parcelas da população, ou a exemplo de alguns países, substituindo a importação de alimentos e contribuindo para o aumento do Produto Interno Bruto (VAN VEENHUIZEN; DANSO, 2007).

Considerando a AU e suas interfaces com a segurança alimentar, combate à pobreza e inclusão de mulheres, as pesquisas relatam que a atividade é dirigida principalmente para o consumo familiar, esfera em que a mulher ganha protagonismo, sendo importante na manutenção dos costumes e da cultura gastronômica (ARRUDA, 2011; MATA, 2014; GARCIA, 2016; SOUSA, 2019).

Portanto, um importante desafio na criação de qualquer projeto de AU, como uma intervenção na comunidade, é a sua integração nos esforços de desenvolvimento local e de serviços sociais, além do direcionamento de seus múltiplos benefícios para os participantes do projeto e, principalmente, quando tratar-se de mulheres, deve-se considerar os diversos papeis sociais a elas atribuídos socialmente.

2.2 Empoderamento de mulheres na agricultura e desenvolvimento socioeconômico

Não há desenvolvimento sustentável sem processos efetivos de empoderamento mediante os quais se incrementam os ativos e as capacidades dos pobres e excluídos para participar, negociar, articular e mudar não só sua própria condição, mas a do seu meio, com o propósito de melhorar sua qualidade de vida e a da sua comunidade (VILLACORTA; RODRIGUES, 2002).

Todavia, o processo de empoderamento não acontece por si só, esse é desencadeado por fatores ou agentes externos como programas, projetos, ativistas, políticas públicas, em que atuam como facilitadores nas ações de mulheres para sua transformação e daqueles que o cercam. Nesse sentido, as políticas públicas nas sociedades democráticas precisam atuar no sentido de garantir o mínimo de igualdade de oportunidade e justiça social para os diferentes grupos sociais.

De acordo com Amartya Sen há evidências, em grande parte de seu estudo, da relação entre o empoderamento das mulheres e o seu efeito no desenvolvimento. Para o referido autor, educar as meninas fornece uma base para melhorar a agência das mulheres.

O ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual. Entre os fatores envolvidos incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. [...] A condição de agente das mulheres é um dos mediadores da mudança econômica e social, e sua determinação e suas consequências relacionam-se estreitamente a muitas das características centrais do processo de desenvolvimento (SEN, 2000, p. 234-235).

Historicamente, a posse dos recursos produtivos (terra e capital) nos países subdesenvolvidos concentra-se, em geral, nas mãos dos homens da família, esses sendo os responsáveis pela reprodução social do núcleo familiar (SEN, 2000). Assim sendo, para as mulheres tornou-se difícil e até mesmo inviável a realização de pequenos e/ou grandes empreendimentos, visto que não possuem bens para oferecer de garantia aos credores, razão esta que impede o aumento da participação feminina nas mais diversas atividades econômicas, especialmente agrícolas.

Empoderar as mulheres é um componente fundamental na geração de impactos diretos e indiretos no desenvolvimento socioeconômico. Para Petesch, Smulovitz e Walton (2005), a posse de recursos econômicos e capital humano[1] é fundamental para a agência, pois reduz a dependência ao mesmo tempo que aumenta a capacidade individual de fazer escolhas.

Staduto (2015) reitera essa discussão ao afirmar que o trabalho desenvolvido pelas mulheres agricultoras é, na maioria das vezes, pouco reconhecido e está frequentemente relacionado a atividades reprodutivas de baixa ou nenhuma valoração. A participação feminina na geração de renda e na produção de excedentes direcionados ao mercado quase que desaparece diante da atuação do homem, responsável pela negociação no espaço público.

Ainda segundo Staduto (2015), vincula-se tradicionalmente ao homem as atividades produtivas voltadas ao mercado, e por isso, remuneradas. Já às mulheres atribui-se o conceito de "trabalho reprodutivo", atividades limitadas ao espaço privado, relacionadas aos afazeres domésticos, ao cuidado de crianças e idosos e ao cuidado do quintal. O autor, em contrapartida, chama a atenção para o trabalho da mulher no "quintal da casa" como gerador de duas formas diferentes de renda: 1) na produção para o autoconsumo; e 2) na venda ao mercado da produção não consumida pela família. Mesmo que a primeira não permita ser convertida monetariamente, essa não pode ser excluída do cômputo do orçamento familiar.

A dificuldade em distinguir as atividades de produção das atividades de reprodução, e o difícil acesso à terra e ao capital produtivo, ocorrem devido a contratos sociais que privilegiam a transmissão da herança para os homens. Essas circunstâncias evidenciam a condição de subalternidade da mulher em relação ao homem, intensificada na agricultura, notadamente pela invisibilidade da participação das mulheres na gestão de estabelecimentos agropecuários rurais e urbanos.

Análises socioeconômicas sobre a participação de mulheres em relação aos homens em atividades agrícolas, principalmente no processo de tomada de decisões, vêm crescendo nos últimos anos ao redor do mundo (GUPTA; PINGALI; PINSTRUP-ANDERSEN, 2017).

[1] O conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho (SANDRONI, 1994, p. 41). Assim, o termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem.

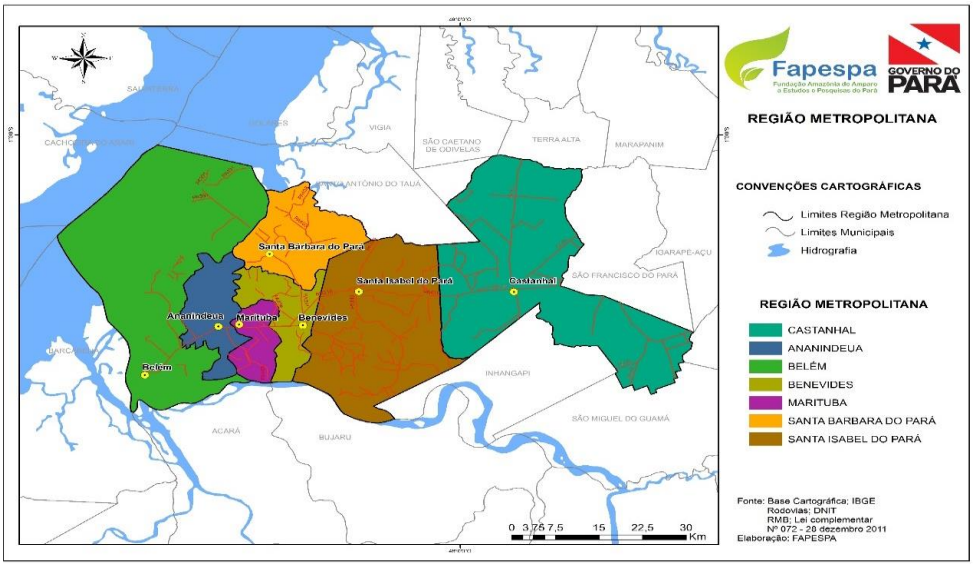
Dentre essas análises, destacam-se os estudos que se utilizam da coleta de dados primários. Isso porque a riqueza das informações levantadas em pesquisa de campo reveste-se de significado quando direcionada a compreender o papel feminino no desenvolvimento socioeconômico no contexto em que a mulher está inserida, como é o caso da agricultura urbana na área em análise. Desse modo, importa esclarecer a evolução do trabalho agrícola desenvolvido por mulheres na RMB e sua repercussão no que tange ao empoderamento.

3 Área de estudo e metodologia adotada

O ordenamento territorial da RMB foi instituído ainda na década de 1970, por meio da Lei Complementar Federal 14/1973. Essa região era composta inicialmente apenas pelos municípios de Belém e Ananindeua. Posteriormente, em 1995, os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará foram incluídos através da Lei Complementar Estadual 27/1995. Em 2010, o município de Santa Izabel do Pará foi integrado à RMB, através da Lei Complementar Estadual 72/2010, logo em 2011 o município de Castanhal também foi incorporado à região por meio da Lei Complementar Estadual 76/2011.

Assim, atualmente a RMB é constituída pelos seguintes municípios: Belém (capital do estado), Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara do Pará, Santa Izabel do Pará e Castanhal, conforme a Figura 1 apresenta.

Figura 1 – Mapas dos municípios que integram a RMB.



Fonte: FAPESPA, 2015.

A RMB contempla uma população estimada em 2.529.178 habitantes, quase um terço da população do estado do Pará, que corresponde a 8.690.745 habitantes, concentrada em uma extensão territorial de 3.565,8 km², o que representa 1% da extensão territorial do estado, este com 1.245.870,707 km² IBGE (2020). O PIB de 43 bilhões aproximadamente, com valores per capta de R$ 17.577,96 (IBGE, 2015). Quanto à distribuição da população, esta apresenta-se concentrada principalmente em seus núcleos.

A pesquisa foi realizada com agricultoras urbanas que trabalham de forma organizada na RMB. A escolha das referidas associações, realizou-se com base em relatórios sobre as associações, produzidos pela Empresa de Assistência Técnica e

Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) dos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, referentes ao ano de 2021. Com base nos relatórios foram selecionadas as associações para o estudo, um total de 245 associados, destes 92 são homens e 153 mulheres. Para a pesquisa, foram entrevistadas sessenta (60) agricultoras, representando uma amostra de 39% do total de mulheres.

Especificamente, na capital Belém foi selecionada a Associação dos Produtores Rurais Agroestrativistas Chico Mendes (AMPRACM), localizada no Distrito de Mosqueiro; em Ananindeua foi selecionada a associação dos hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará (APHA), localizada no bairro Corunçambá; em Marituba foi a Associação Agrícola e de Moradores de Bela Vista (AAMBV), localizada no Km 18 da Br 316 e a Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiro, localizada no bairro Uriboca; em Benevides foi a Associação dos filhos e amigos do TAIASSUÍ, localizada na estrada do Taiassuí e Associação AMPARA, localizada na estrada de São José.

A metodologia privilegiou a abordagem qualitativa e quantitativa, a primeira representada pelas percepções coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas e observações sistematizadas realizadas com as agricultoras em seus sistemas de produções, enquanto a segunda, representada pela utilização de métodos quantitativos, análise multivariada, para tratamento de dados coletados por meio de sessenta formulários visando traçar o perfil social das mulheres na AU.

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases: o levantamento bibliográfico, documental e exploratório, e em seguida, a pesquisa de campo.

A primeira fase da pesquisa foi realizada no período de janeiro de 2021 a julho de 2022, relacionando AU, mulheres e divisão sexual do trabalho. Neste período, analisou-se a literatura sobre as teorias que explicaram a realidade estudada, a teoria do capital social e empoderamento feminino, assim como, coleta de dados secundários, especialmente aqueles processados no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), análise de documentos em sítios das prefeituras municipais que compõe a RMB e outras publicações em livros, revistas, dissertações de mestrado entre outros.

A segunda fase do estudo, compreendida como pesquisa de campo, ocorreu entre os meses de agosto e setembro de 2022 de forma sequencial. Nesse período, foram aplicados sessenta formulários e observações sistematizadas junto as agricultoras urbanas que aceitaram participar da pesquisa.

O método incorporado ao questionário para aferir o nível de empoderamento da mulher na AU, foi o Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (WEAI) com base em Alkire (2013b), assim discriminados:1) Decisões sobre produção e geração de renda; 2) Acesso e poder de decisão sobre os recursos produtivos; 3) Participação na organização social e liderança na comunidade. Esses tópicos foram adaptados ao contexto dessa pesquisa e incorporados ao questionário.

Para atender ao objetivo da pesquisa as variáveis adaptadas e analisadas foram: a) ação e liderança na comunidade, b) atuação na organização social e c) decisão sobre sistema de produção e doméstico, entendidos como fatores que contribuem para promover equidade política, econômica e social entre homens e mulheres, assim como autonomia e empoderamento feminino.

Na metodologia para elaboração do Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU), utilizou-se da combinação linear dos escores fatoriais e a proporção de variância explicada em cada fator, conforme a fórmula a seguir:

$$IEFAU_i = \sum_{j=1}^{q} \left(\frac{\lambda j}{\Sigma \lambda j} FP_{ij} \right), (i = 1,2, \dots n) \quad (1)$$

λ = é a variância explicada por cada fator;

Σλ = é a soma total da variância explicada pelo conjunto de fatores comuns;

As etapas para estimação do IEFAU foram as seguintes: primeiramente houve a extração de fatores. A técnica para extração dos fatores utilizada foram: componentes principais (*principal components*), que segundo Matos e Rodrigues (2019) é um dos métodos mais comuns, utilizando-se das variáveis originais, produz combinações lineares independentes entre si e explicam o máximo da variabilidade. Para facilitar a interpretação dos dados e evitar a indeterminação fatorial foi aplicado o método de rotação ortogonal (*varimax*), e para a determinação dos fatores segue-se um conjunto de critérios: (i) critério do autovalor (*eigenvalue*); (ii) critério do diagrama de inclinação (*Scree test*) e (iii) critério da porcentagem de variância acumulada (MATOS; RODRIGUES, 2019).

Em seguida, foi realizada a padronização dos escores fatoriais (FP), visando à obtenção de valores positivos e permitir a classificação das agricultoras quanto ao seu nível de empoderamento. Para fazer com que os valores do IEFAU variem entre 0 e 1 utilizou-se a seguinte fórmula:

$$FP_i = \left(\frac{F_i - F_{min}}{F_{max} F_{min}} \right) \quad (2)$$

Após essa etapa, as agricultoras urbanas foram ordenadas e categorizadas em alto, médio e baixo índice de empoderamento, conforme mostra a Tabela 1.

TABELA 1 – Categorização do Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU)

Categorização	**IEFAU**
Alto	≥ 0,70
Médio	0,50 ≥ 0,69
Baixo	< 0,50

Fonte: Dados da pesquisa.

Para atestar a adequabilidade dos dados à análise fatorial foram realizados os testes de Bartlett, que com a rejeição da hipótese nula, confirma-se que existe algum tipo de associação entre as variáveis e que elas podem, de fato representar conjuntamente um ou mais traços latentes, devendo ser estatisticamente significante (p <0,05). Também se aplicou o teste de Kaiser-Meyer-Olkim (KMO), no qual, valores menores ou igual a 0,5 indicaram que o tamanho da amostra é inadequado (MATOS; RODRIGUES, 2019). No presente caso, a amostra foi considerada adequada.

4 Resultados e discussão

4.1 Agricultoras urbanas da região metropolitana de Belém: breve caracterização

As agricultoras urbanas entrevistadas foram categorizadas com base em características específicas que emergiram com a pesquisa de campo, a saber: CAURD é a categoria que desenvolve a atividade agrícola como renda principal e simultaneamente executam trabalho doméstico; CAUTI é a categoria que desenvolve a agricultura urbana e paralelamente um trabalho informal; CAUART é a categoria praticante da agricultura urbana e que, de forma sincrônica são artesãs; CAUTS é a categoria que desenvolve a agricultura urbana e conjuntamente são promotoras de trabalhos solidários, e a CAUM é a categoria de agricultoras urbanas e microempresárias individuais (MEI) concomitantemente.

A pesquisa identificou que, as mulheres agricultoras pertencentes a CAURD representam 63% do total de sessenta (60) entrevistadas na AU da RMB; a CAUTI representa 22%; a CAUART corresponde a 7%; a CAUTS representa 3%, e a CAUM compreende 5% da amostra da pesquisa. A Tabela 2 destaca a participação de cada categoria na amostra de agricultoras entrevistadas da AU na RMB em número e em percentual.

Tabela 2 – Amostra das agricultoras da RMB em número e percentual por categorias

	CATEGORIAS	N°	%
1	CAURD	38	63
2	CAUTI	13	22
3	CAUART	04	7
4	CAUM	03	5
5	CAUTS	02	3
	TOTAL	**60**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

De acordo com a pesquisa, entre as agricultoras urbanas da RMB há a preponderância da CAURD, demonstrando que a atividade, nessa categoria, transcende o valor de consumo alcançando o valor de geração de renda para essas agricultoras e suas famílias, assim como, foi acentuado o trabalho doméstico como uma atividade atribuída somente as mulheres, independentemente de seu estado civil.

Federici (2004) e Beauvoir (2016), esclarecem que a sujeição da mulher ao trabalho doméstico e criação dos filhos, de forma exclusiva, compreende o controle e dominação de seus corpos pelo primeiro sexo (homem), o que permitiu a geração de novos trabalhadores e a ascensão masculina ao trabalho remunerado, renegando a mulher ao trabalho improdutivo, portanto, não remunerado, é o que vem acontecendo na CAURD, como mostra a pesquisa.

Em segunda ordem, há a preponderância da CAUTI, em que se constata que o objetivo da atividade corrobora como complementação de renda e alimentar, porém não se configura como única renda, sendo necessário desenvolver outra atividade paralela no mercado informal como por exemplo vendas de bolos, doces e salgados.

Na sequência, vem a CAUART, nessa categoria a pesquisa destaca que a atividade agrícola cumpre o papel principal de auferir renda e o artesanato compreende um valor monetário e simbólico a partir do momento que sua prática, realizada em grupo, ajuda a melhorar a sociabilidade e qualidade de vida delas.

Com base na literatura específica, observou-se que a função complementação de renda na AU, também foi exposto nos estudos de Sequeira (2014), Dourado (2015) e Sousa (2019), entretanto, os baixos rendimentos com a comercialização da produção não são suficientes para o sustento familiar, o que sugere a necessidade de atividade extra para a subsistência das referidas famílias.

Na categoria CAUM, a atividade agrícola objetiva complementação alimentar e o trabalho de MEI, desenvolvido no ramo de beleza e alimentação. As atividades ligadas a beleza consistem em trabalhos de alisamento, pintura e penteado de cabelo em pequenos salões, enquanto na alimentação predomina a produção e venda de refeições em pequenos restaurantes.

Por final, a pesquisa apresentou a CAUTS, nessa categoria a atividade agrícola compreende complementação de renda e de forma concomitante, essas agricultoras desenvolvem um trabalho social por meio de campanhas de arrecadação de roupas, sapatos, entre outros, cujo objetivo é doar as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica na periferia da cidade.

4.1 Análise do índice de empoderamento feminino da agricultura urbana na RMB

No que se refere a qualidade estatística dos resultados do modelo, o conjunto de dados analisados apresentou-se adequado para a aplicação da análise fatorial e, por conseguinte para a criação do IEFAU, tendo um índice de Kaiser-Meyer-Olkim (KMO) de 0,610, indicando que os dados se inter-relacionam e, portanto, a análise dos componentes principais pode ser realizada. O teste de esfericidade de Bartlett's, apresentou valor de 376,354, significativo a 1% de probabilidade, Tabela 3. Com isso, aceita-se a hipótese alternativa. Há correlação entre as variáveis, descartando a hipótese nula em que a matriz de correlação seria uma matriz identidade. Portanto, com estes resultados, atesta-se a adequabilidade da amostra ao modelo de análise fatorial.

A partir da análise fatorial, foi possível a obtenção de fatores lineares e independentes, o modelo estimado permitiu a identificação de três fatores que explicaram mais de 60% do fenômeno. Hair et al. (2005) sugerem o patamar de 60% como aceitável de variância acumulada nas Ciências Humanas e Sociais. O fator 1 explicou 29,44% da variância total, o fator 2 (20,99%) e o fator 3 (20,48%), na Tabela 3 apresenta-se a matriz de carga rotacionada com as variáveis que compõem cada fator.

Tabela 3 – Matriz de cargas fatoriais após a rotação ortogonal pelo método Varimax e Comunalidades

Variáveis	F1	F2	F3	Comunalidades
Participação em Movimentos Sociais	**0,876779275**	0,00591	-0,01435	0,768983
Participação política	**0,837374435**	0,287255	-0,09825	0,793364
Falar em público	**0,793612867**	-0,04332	-0,00402	0,631714
Participação em outros movimentos sociais	**0,729867476**	0,495354	-0,06839	0,782759
Incentivo a inspiração feminina	**0,602896499**	0,177775	-0,063	0,399057

Participação em cursos na associação	-0,11633737	**0,838416**	0,116738	0,730104
Participação em decisões sobre produção na associação	0,280645743	**0,790085**	0,032093	0,704027
Participação em decisões sobre aquisição de créditos na associação	0,358887858	**0,763064**	-0,05513	0,714107
Decisões em gastos domésticos	-0,12439189	0,189822	**0,885252**	0,835176
Decisões em grandes gastos domésticos	-0,07084136	-0,03764	**0,880027**	0,780882
Decisão no ambiente do sistema de produção	0,03088393	-0,0397	**0,812105**	0,662045
Variância Explicada (%)	29,44084102	20,99887	20,48954	
Variância Acumulada (%)	29,44084102	50,43971	70,92925	

Fonte: dados da pesquisa, 2022.
Nota: KMO=0,610, Teste de Bartlett's = 376,354, significativo a 1% de probabilidade.

Os dados da Tabela 3 apresentam as cargas fatoriais de cada variável que determinaram a composição de cada fator assim como suas comunalidades. Os valores das comunalidades apresentaram índices entre 0,6 e 0,7 exceto a variável "Incentivo a inspiração feminina" (0,39), em que buscou-se compreender o trabalho das agricultoras como forma de inspiração junto a outras mulheres com vistas a integrar-se junto à organização social, contudo, é uma variável fundamental na mensuração do empoderamento feminino, e sua manutenção no modelo embasou-se na teoria que tange sua análise.

O primeiro fator agrupou as seguintes variáveis: Participação em Movimentos Sociais, Participação política, Falar em público, Participação em outros movimentos sociais e Incentivo a inspiração feminina, esse fator foi denominado "Capital social e ação política". Essas variáveis estão correlacionadas ao movimento das mulheres agricultoras na organização social considerando suas capacidades e habilidades de mobilização em busca de ampliação de oportunidades de trabalho e renda.

O fator "Capital social e ação política", diz respeito aos elementos presentes na organização social que visam a mobilização política e a eficiência de ações coordenadas para as agricultoras atingirem seus objetivos. A participação de forma organizada permite aos cidadãos a busca do bem coletivo com igualdade, solidariedade, confiança, tolerância, persistência, respeito e dignidade, são valores que viabilizam e incentivam a cooperação de forma exitosa (PUTNAM, 2006).

O segundo fator agrupou as variáveis: Participação em cursos na associação, Participação em decisões sobre produção na associação e Participação em decisões sobre aquisição de créditos na associação. Esse fator foi denominado "Capacitação e ação coletiva". Esse fator envolve a ação e a evolução dessas mulheres no ambiente da organização social e como este impacta no esforço e busca por mais educação e empoderamento. Isto posto, uma pessoa mais educada não é apenas mais produtiva, mas também aumenta a produtividade de todos os fatores de produção, assim como, contribui para superação da subordinação econômica das mulheres, para que elas tenham capacidade de comprometer-se com a atividade produtiva que lhes gere renda, autonomia e oportunidade de ser empoderada.

O empoderamento envolve mudança individual e ação coletiva para transformar as estruturas econômicas e sociais que reproduzem a posição subordinada da mulher. Como primeiro plano, devem-se propor ações de inclusão feminina, para que estas possam sair da condição de pobreza. São demandas

práticas: a luta por trabalho e renda, pela saúde, pela habitação, por educação para os filhos etc. O segundo plano, refere-se a mudanças fundamentais nas relações desiguais de poder existentes entre os gêneros (LEÓN,1997; SARDENBERG, 2009).

O terceiro fator agrupou, Decisões em gastos domésticos, Decisões em grandes gastos domésticos e Decisão no ambiente do sistema de produção e foi denominado de "Estratégias e tomadas de decisões produtivas e domésticas". Essas variáveis compreendem a forma de tomadas de decisões das mulheres agricultoras tanto no ambiente doméstico, socialmente considerado como atividade não remunerada, quanto no sistema de produção (SP), entendido como local de trabalho e renda. Compreender o quanto essas mulheres estão no centro das decisões, tanto no trabalho agrícola quanto no ambiente doméstico, implica a importância socioeconômica da atividade da AU para o autodesenvolvimento e seu consequente empoderamento.

Historicamente, essa oportunidade de tomar decisões ocorre em um contexto em que apenas aos homens era conferido esse direito de escolha. Nessas condições, o processo de empoderamento pode assumir o sentido de conquistar o controle sobre a própria vida, fazer escolhas segundo o próprio querer, assim como, pode interferir na emancipação, busca de poder econômico, social e político pelas mulheres (DEERE e LEÓN, 2002).

A partir da obtenção dos valores das cargas fatoriais, apresentados na Tabela 3, para identificação de quais variáveis formam dimensões latentes, seguida da denominação dos fatores, visando facilitar análise, utilizou-se os escores padronizados para elaborar o Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU).

4.2 Escores fatoriais e Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU)

A classificação do IEFAU foi realizada de modo que valores iguais ou superiores 0,7 são considerados Índices Altos, representando o maior grau de adequação destas dimensões, podendo essa agricultora servir de parâmetro ou modelo de liderança na comunidade, valores entre 0,50 e 0,69, representam Índices Médios, necessitando medidas que potencializem os resultados intermediários por elas apresentados, e inferiores a 0,50 são considerados Índices Baixos, correspondem a mulheres com menor empoderamento, com maiores índices de marginalização e menor participação no sistema produtivo familiar, a Tabela 4 apresenta os escores fatoriais e Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU).

Tabela 4 – Escores fatoriais e Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana (IEFAU)

Agricul Tora	F1	F2	F3	FP1	FP2	FP3	INDICE	Categorização
1	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
2	0,27004	0,5959	0,33811	0,672848	0,896307	0,948396	0,818602	Alto
3	1,09937	-2,3924	0,5003	0,901877	0,24448	0,986959	0,73183	Alto
4	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
5	0,27004	0,5959	0,33811	0,672848	0,896307	0,948396	0,818602	Alto
6	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto

7	0,27004	0,5959	0,33811	0,672848	0,896307	0,948396	0,818602	Alto
8	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
9	0,27004	0,5959	0,33811	0,672848	0,896307	0,948396	0,818602	Alto
10	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
11	0,27004	0,5959	0,33811	0,672848	0,896307	0,948396	0,818602	Alto
12	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
13	0,27004	0,5959	0,33811	0,672848	0,896307	0,948396	0,818602	Alto
14	0,27004	0,5959	0,33811	0,672848	0,896307	0,948396	0,818602	Alto
15	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
16	-1,69253	0,3793	0,21721	0,130862	0,849061	0,91965	0,571347	Médio
17	-0,10139	-0,10773	0,47267	0,570273	0,742827	0,980389	0,73983	Alto
18	-0,70841	-0,71332	0,4848	0,402638	0,610732	0,983273	0,631975	Médio
19	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
20	-2,16639	0,89806	0,14958	0	0,962216	0,90357	0,545885	Médio
21	-1,67007	-1,00423	0,30764	0,137064	0,547277	0,941151	0,490788	Baixo
22	-0,8504	0,97265	0,20834	0,363426	0,978486	0,917541	0,705586	Alto
23	-1,69253	0,3793	0,21721	0,130862	0,849061	0,91965	0,571347	Médio
24	-0,10139	-0,10773	0,47267	0,570273	0,742827	0,980389	0,73983	Alto
25	-0,70841	-0,71332	0,4848	0,402638	0,610732	0,983273	0,631975	Médio
26	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
27	-2,16639	0,89806	0,14958	0	0,962216	0,90357	0,545885	Médio
28	-1,67007	-1,00423	0,30764	0,137064	0,547277	0,941151	0,490788	Baixo
29	-0,8504	0,97265	0,20834	0,363426	0,978486	0,917541	0,705586	Alto
30	-1,69253	0,3793	0,21721	0,130862	0,849061	0,91965	0,571347	Médio
31	-0,10139	-0,10773	0,47267	0,570273	0,742827	0,980389	0,73983	Alto
32	-0,27291	-0,91235	0,55515	0,522906	0,567318	1	0,673874	Médio
33	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
34	-2,16639	0,89806	0,14958	0	0,962216	0,90357	0,545885	Médio
35	-1,67007	-1,00423	0,30764	0,137064	0,547277	0,941151	0,490788	Baixo
36	-0,8504	0,97265	0,20834	0,363426	0,978486	0,917541	0,705586	Alto
37	-0,90535	0,29423	0,35998	0,348251	0,830505	0,953596	0,665892	Médio
38	-1,17692	1,07128	-1,21996	0,273253	1	0,577943	0,576426	Médio
39	-0,39089	-3,07982	0,43937	0,490325	0,094536	0,972472	0,512429	Médio
40	0,64945	-2,04548	0,42505	0,777627	0,320153	0,969067	0,697492	Médio
41	-0,04741	-2,34865	0,41931	0,585181	0,254023	0,967702	0,59764	Médio
42	-0,17175	-3,51322	-0,77052	0,550843	0	0,684803	0,426461	Baixo
43	0,36883	-0,13221	0,4792	0,70013	0,737487	0,981942	0,792598	Alto
44	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
45	1,45468	-0,99891	0,40746	1	0,548437	0,964885	0,856169	Alto
46	-0,37138	-1,63542	-3,6507	0,495713	0,409598	0	0,327020	Baixo
47	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
48	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
49	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
50	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
51	0,54497	0,5767	-3,59105	0,748773	0,892119	0,014183	0,579008	Médio
52	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
53	0,83675	0,30351	-2,09893	0,829352	0,832529	0,368955	0,697296	Médio

54	-0,51949	0,29693	-0,889	0,45481	0,831094	0,656633	0,624512	Médio
55	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
56	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
57	0,54497	0,5767	-3,59105	0,748773	0,892119	0,014183	0,579008	Médio
58	0,8952	0,37789	0,41108	0,845493	0,848753	0,965745	0,881196	Alto
59	0,83675	0,30351	-2,09893	0,829352	0,832529	0,368955	0,697296	Médio
60	-0,51949	0,29693	-0,889	0,45481	0,831094	0,656633	0,624512	Médio

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A pesquisa revela que, de forma individual, no total de 60 agricultoras da RMB, em 35 delas prevalece o IEFAU-Alto (58,33%), em seguida 20 agricultoras (33,33%) apresentaram IEFAU Médio e 5 agricultoras (8,34%) exibiram IEFAU Baixo.

Entre as agricultoras que apresentaram IEFAU Alto, destaca-se a de nº 45 (IEFAU = 0,856169), em que obteve desenvolvimento mais expressivo no fator "Capital social e ação política", composto pelas variáveis: Participação em Movimentos Sociais, Participação política, Falar em público, Participação em outros movimentos sociais e Incentivo a inspiração feminina. Esse resultado reitera a importância da organização social para melhor desempenho do trabalho da mulher na atividade e na ampliação de sua participação na mobilização social no contexto em análise, o que corrobora para que essa mulher tenha elevado nível de empoderamento.

Com esse resultado, denota-se que as mulheres na AU da RMB nutrem-se dos benefícios característicos do processo associativo que estão integradas como confiança, normas e sentimento de comprometimento que contribuem para aumentar a eficiência e consequentemente seu empoderamento no âmbito individual e coletivo.

Nessa perspectiva, estudo realizado por (Machado, 2021) sobre o trabalho feminino na agricultura familiar rural em Paraiso do Sul/RS, demonstrou que a organização social constituiu-se em ferramenta essencial de resistência e reconhecimento ao trabalho desempenhado por essas mulheres, na medida em que deu visibilidade e voz a elas, ao se articularem em grupos, localizados nas mais diversas localidades do município, permitiu irem muito além do âmbito familiar e discutir pautas de interesse comum, viabilizando a autonomia e o entendimento de sua importância para o desenvolvimento da agricultura. O capital social, nesse caso, serve de segurança, isto é, não tendo recursos financeiros para oferecer como garantia, as participantes empenham suas relações pessoais.

Nesse sentido, Coleman (1988/1990) e Putnam (2006) entendem o capital social como um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade contidos numa comunidade, que facilitam a coordenação das ações para benefícios mútuos, aumentando a eficiência da sociedade. Para esses autores, o componente básico do capital social é a confiança, que, por sua vez, promove cooperação.

Entre as agricultoras que apresentaram o IEFAU-Médio, destaca-se a de nº 38 (IEFAU = 0,576426), em que apresentou desempenho intermediário no fator "Capacitação e ação coletiva", constituído pelas variáveis: Participação em cursos na associação, Participação em decisões sobre produção na associação e Participação em decisões sobre aquisição de créditos na associação, contudo, tais agricultoras, nessas condições, necessitam de políticas públicas adequadas as suas especificidades que fortaleçam seus resultados.

Nesse panorama, vale ressaltar que a dinâmica política e social das sociedades tradicionais talhava os homens para exercer papeis sociais de lideranças, para ocupar cargos públicos e a mulher para o espaço doméstico. Frente a estas afirmações, pode-se inferir que os lugares sociais direcionados aos homens e às mulheres são construções culturais e foram consolidadas através de "um regime de dominação – exploração das mulheres pelos homens" conhecido como patriarcado[2], "uma palavra que remete ao poder do pai" (SAFFIOTI, 2004, p. 44).

Entre as agricultoras que apresentaram o IEFAU-Baixo, a pesquisa destaca que a agricultora nº 46 (IEFAU = 0,327020), chama a atenção o desempenho negativo no fator "Estratégias e tomadas de decisões produtivas e domésticas" constituído pelas variáveis: Decisões em gastos domésticos, Decisões em grandes gastos domésticos e Decisão no ambiente do sistema de produção. Esse dado revela que as mulheres categorizadas em IEFAU-Baixo convivem com menor empoderamento, com maiores índices de marginalização e menor participação no sistema produtivo familiar.

Nessas condições, o empoderamento feminino configura-se como um novo desafio para mulheres e homens, e para a sociedade na busca de novas soluções para interações igualitárias, com as mesmas oportunidades e direitos sem distinção de qualquer natureza.

Nessa perspectiva Beauvoir (2016) aponta que, se desde a primeira infância a menina fosse educada com as mesmas exigências, as mesmas honras, as mesmas severidades e as mesmas licenças que seus irmãos, participando dos mesmos estudos, dos mesmos jogos, prometida a um mesmo futuro, o atual cenário compreenderia não um sistema de hipocrisia, mas para além de suas diferenciações naturais, homens e mulheres afirmariam sem equívoco sua fraternidade.

A pesquisa demostrou que, a participação das mulheres agricultoras urbanas nas associações agrícolas da RMB tem possibilitado a ampliação de seu capital social, assim como de seu empoderamento cognitivo, psicológico, econômico e político, por meio da intensificação dos seus vínculos estabelecidos entre elas e com os agentes externos aos grupos.

Apesar disso, nota-se que o capital social, compreendido como um recurso socioestrutural inerente às relações sociais que contribui para aumentar a eficiência das ações coletivas e das políticas públicas, além de facilitar as ações coordenadas, cooperadas e compartilhadas, ainda não alcança todas as agricultoras urbanas na RMB. Nesse sentido, a pesquisa chama a atenção para efetivação de políticas públicas pautadas nas especificidades femininas para que assim possa atingir as mulheres agricultoras em sua totalidade.

4.3 Análise do Índice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana da RMB, por categoria

A participação das mulheres na atividade econômica na AU é entendida como um meio para se alcançar o empoderamento, assim como na redefinição dos papeis masculino e feminino nas esferas domésticas e extra doméstica. Nesse sentido, é

[2] Sobre esta questão, de acordo com Pateman (1993), o "direito político origina-se no direito sexual ou conjugal. O direito paterno é somente uma dimensão do poder patriarcal e não a fundamental. O poder de um homem enquanto pai é posterior ao exercício do direito patriarcal de um homem (marido) sobre uma mulher (esposa).

relevante compreender como apresenta-se o IEFAU quando analisados tendo por base as categorias sociais identificadas nas pesquisas, é o expõe a Tabela 5.

Tabela 5 – IEFAU das agricultoras urbanas da RMB, por categoria (%)

CATEGORIA	BAIXO-IEFAU	MÉDIO-IEFAU	ALTO-IEFAU
CAURD	10,53	34,21	55,26
CAUTI	0,00	23,08	76,92
CAUART	0,00	75,00	25,00
CAUM	33,33	33,34	33,33
CAUTS	0,00	0,00	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A Tabela 5 revela que entre as categorias CAURD (55,26%), CAUTI (76,92%) e CAUTS (100%) há predomínio do IEFAU-Alto; nas categorias CAUART (75%) e CAUM (33,34%), há a predominância do IEFAU-Médio, porém, vale ressaltar que o IEFAU-Baixo encontra-se presente, mesmo de forma tênue, na CAURD e CAUM. De forma geral, a análise por categorias denota que a atividade na AU, desenvolvida de forma organizada, instrumentaliza as agricultoras, a partir da ampliação de suas consciências e habilidades, para autonomia e tomada de decisões no ambiente produtivo e doméstico.

O empoderamento é relacional. É tanto um processo quanto um resultado da ação social e, para ser efetivo, necessita da interação entre os indivíduos. Assim, é preciso que as pessoas participem dos espaços de decisão proporcionados pela conjuntura política, econômica e social. Nota-se que tal atitude viabiliza, a criação de estruturas sociais para combater a ordem naturalizada da dominação econômica, política, cultural e social (CKAGNAZAROFF E MACHADO, 2008; BAQUERO, 2012).

Dessa forma, a pesquisa demonstra que os resultados exitosos relacionados ao empoderamento das agricultoras participantes da pesquisa, justifica-se pela facilidade proporcionada pelas redes de relacionamentos que promovem sólidas regras de reciprocidade e confiança.

A partir da abordagem, verificou-se que o trabalho desenvolvido por meio dos grupos de mulheres organizadas, propiciou a intensificação dos vínculos e o estabelecimento de novas relações, o que certamente, vem colaborando para a ampliação do capital social entre as agricultoras.

5 Considerações finais

A pesquisa identificou que o perfil social das agricultoras urbanas da RMB está classificado em cinco categorias (CAURD, CAUTI, CAUART, CAUM e CAUTS), cada uma com seus objetivos, perspectivas próprias e integradas ao sistema ecológico urbano.

No que se refere à proposta metodológica de criação do Indice de Empoderamento Feminino na Agricultura Urbana, em que se utilizou a análise multivariada, quanto a qualidade estatística dos resultados do modelo, o conjunto de dados analisados apresentou-se adequado para a aplicação da análise fatorial, em que se obteve um índice de Kaiser-Meyer-Olkim (KMO) de 0,610, o qual indicou que

os dados se inter-relacionaram e, portanto, a análise dos componentes principais pode ser realizada. O teste esfericidade de Bartlett's, apresentou valor de 376,354, significativo a 1% de probabilidade. Assim, a hipótese alternativa foi aceita. Portanto, com estes resultados, atestou-se a adequabilidade da amostra ao modelo de análise fatorial.

A partir da comprovação do modelo acima mencionado, este poderá subsidiar outras pesquisas em AU, e assim, cumprir com o objetivo acadêmico, que consiste em fortalecer diversas instituições públicas e privadas, responsáveis por implementar políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero de mulheres e meninas.

Quanto a contribuição para o empoderamento de mulheres, a pesquisa confirmou que a atividade agrícola, desenvolvida de forma organizada, não se configura apenas como uma forma de expandir mercados, mas de ampliação do envolvimento em mobilização social, o que favorece para que essa mulher tenha um elevado nível de empoderamento.

Os dados da pesquisa, quanto ao empoderamento de mulheres na AU, questão central da tese, apresentam-se em sua maioria em IEFAU-Alto no formato individual e por categorias, resultado justificado pela promoção de redes de relacionamentos e sólidas regras de reciprocidade e confiança construídas no ambiente da produção organizada, o que justifica a importância em investir no cooperativismo e associativismo.

Vale ressaltar que, apesar da AU ser uma fonte de trabalho e renda complementar e contribuir para o empoderamento, o trabalho da mulher agricultora na RMB convive com problemas estruturais referente a violência nos ambientes dos sistemas de produções e vias públicas, violência contra a vida, quando elas são líderes nas organizações sociais.

Nessas condições, entende-se que o fato de as mulheres agricultoras urbanas da RMB constituírem-se como empoderadas (58,33%), tanto no sistema de produção quanto no ambiente doméstico, configura a AU como atividade que gera condições de reprodução social, trabalho, renda e subsistência. Entretanto, ainda persistem diversos processos de vulnerabilidades sociais, como a pobreza latente entre as famílias produtoras. Assim, a AU ainda carece da ação do Estado, no sentido de propor políticas públicas que atendam as demandas dessas mulheres agricultoras.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina; MEINZEN-DICK, Ruth; PETERMAN, Amber; QUISUMBING, Agnes R.; SEYMOUR, Greg; VAZ, Ana. The Women's Empowerment in Agriculture Index. World Development. **OPHI**, [*S. l*], v. 52, p. 71-91, fev. 2013a.

ALKIRE, Sabrina; MALAPIT, Hazel; MEINZEN-DICK, Ruth; PETERMAN, Amber; QUISUMBING, Agnes; SEYMOUR, Greg; VAZ, Ana. Instructional guide on the Women's Empowerment in Agriculture Index. World Development. **OPHI**, [*S.l*], 2013b. Disponível em: https://www.ifpri.org/sites/default/files/Basic%20Page/weai_instructionalguide_1.pdf. Acesso em: 05 jan. 2022.

ARRUDA, Juliana. **Agricultura Urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro**: sustentabilidade e repercussões na reprodução das famílias. Tese. 2011. 197 f. (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, 2011.

BAQUERO, Rute Vivian. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.1, p.173-187, jan./abr. 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3. ed. v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direto à cidade". **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p. 349-369, 2020.

CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MACHADO, M. L. J. Empoderamento de Mulheres: Avaliação de Impacto de Uma ONG na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: encontro da ampad, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: AMPAD, 2008, p. 1-16.

COLEMAN, James Samuel. ***Normas Social Capital***. *In*: RADNITZKY, Gerard; BERNHOLZ, Peter (ed.). Economic Imperialism: The Economic Method Applied Outside the Field of Economics. New York: Paragon, 1987.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DELGADO, Cecília. Agricultura urbana, espaço de protagonismo feminino Dinâmicas e potencialidades. **Faces de Eva**, v. 37, p. 63-81, 2017. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/43155/1/Delgado_C._2017_._Agricultura_Urbana_espa_o_de_protagonismo_feminino._Din_micas_e_Potencialidades.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

DOURADO, Ana Clara Gonçalves. **A agricultura urbana do distrito federal**: contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano. Dissertação. 2015. 184 f. (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

FERRARETO, Luciane. **A agricultura urbana e suas funções**: A experiência do Programa Lavoura da Prefeitura de Curitiba/PR. Dissertação. 2011. 116 f. (Mestrado

em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2011.

GARCIA. Mariana Tarricone**. Hortas Urbanas e a construção de ambientes promotores da alimentação adequada e saudável**. Tese. 2016. 110 f. (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo: 2016.

GUPTA, Soumya; PINGALI, Prabhu L.; PINSTRUP-ANDERSEN, Per. Women's empowerment in Indian agriculture: does market orientation of farming systems matter? **Food Security**, v. 9, n. 6, p. 1447-1463, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento**. IBGE, 2020. Disponíveis em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 6 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais Trimestrais**. Indicadores de Volume e Valores Correntes. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2015/pib-vol-val_201504caderno.pdf. Acesso em: 6 jul. 2020.

LEÓN, Madaleno. (org.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo y UN Facultad de Ciencias Humanas,1997.

MACHADO, Denise Lenise. **O trabalho da mulher na agricultura familiar de Paraíso do Sul/RS**: o caso da Associação das Trabalhadoras Rurais. Dissertação. 2021. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria (RS), 2021.

MATA, Damile Menezes Pessoa. **Agricultura urbana de produção orgânica**: Desafios e oportunidades para a formulação de uma Política Pública na cidade de Salvador. Dissertação 2014. 181 f. (Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador: 2014.

MATOS, Daniel A. Seabra; RODRIGUES, Erica Castilho. **Análise Fatorial**. Brasília, Enap, 2019

MOUGEOT, Jean-Luc. **Urban Agriculture**: Definition, presence, potencitials and risks. *In*. Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture On the Policy Agenda, Bakker *et al*. (ed.), 2000.

MOUSTIER, Paule. Assessing the Socio-Economic Impact. **RUAF**, Leusden, Holanda: s/v., n. 05, p. 04-16, dez. 2001.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Mulheres. **Perspectiva Global Reportagens Humanas,** 2021. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/10/1766712. Acesso em 19 abr. 2022.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. RJ: Paz e Terra, 1993.

PETESCH, Patti; SMULOVITZ, Catalina; WALTON, Michael. Evaluating empowerment: a framework with cases from Latin America. *In*: NARAYAN, Deepa. (org.). **Measuring empowerment***:* cross-disciplinary perspectives. Washington: The World Bank, 2005. p. 39–67.

PUTNAM, Robert David. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes***:* mito e realidade. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novo dicionário de economia**. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SARDENBERG, Cecília Maria Barcellar. **Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista***.* 2009. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848. Acesso: 02 dez. 2020.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEQUEIRA, Gizela Romariz. **Agricultura Urbana no Curuçambá em Ananindeua, região metropolitana de Belém***:* perspectivas e desafios. Dissertação. 2014. 97 f. (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém (PA), 2014.

SOUSA, Rafhael de Oliveira Sousa. **Agricultura Urbana em Goiânia – GO?** Orientador: Manoel Calaça. Dissertação. 2019. 163 f. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2019.

STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sem. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (org.). **Desenvolvimento rural e gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 69–95.

VAN VEENHUIZEN, René; DANSO, George. **Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture**. Rome: FAO, 2007.

VILLACORTA, Alberto E.; RODRÍGUES, Marcos. Metodologias e ferramentas para implantar estratégias de empoderamento. *In*: ROMANO, Jorge Osvaldo; ANTUNES,

Marta Antunes (org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 45-66.

Cinthia de Oliveira Rodrigues. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.Professora da Secretaria de Educação do estado do Pará (SEDUC). Avenida Coronel João Câncio, São Benedito, CEP: 68655-000, Irituia, PA, Brasil. E-mail: cinthiairituia@gmail.com

Maria Lúcia Bahia Lopes. Doutora em Economia Aplicada. Professora do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano da Universidade da Amazônia (PPDMU-UNAMA). Avenida Alcindo Cacela, Umarizal, CEP: 66060-902, Belém, PA, Brasil. E-mail: marialucia.bahia@unama.br

Marcos Antônio Souza dos Santos. Doutor em Ciência Animal. Professor do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal Rural da Amazônia (PGAGRO-UFRA). Avenida Presidente Tancredo Neves, Terra Firme, CEP: 66077-580,Belém, PA, Brasil. E-mail: marcos.santos@ufra.edu.br

Submetido em: 12/07/2023 **Aprovado em: 22/07/2026**

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Conceituação (Cinthia)
Curadoria de Dados (Cinthia e Maria Lúcia)
Análise Formal (Cinthia e Maria Lúcia)
Obtenção de Financiamento
Investigação/Pesquisa (Cinthia)
Metodologia (Maria Lúcia e Marcos Antônio)
Administração do Projeto (Maria Lúcia e Marcos Antônio)
Recursos (Cinthia)
Software
Supervisão/orientação (Maria Lúcia e Marcos Antônio)
Escrita – Primeira Redação (Cinthia)
Escrita – Revisão e Edição (Cinthia e Maria Lúcia).

Fontes de financiamento: Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)